

Proposta de reajuste de Zema gera embate

COFRES PÚBLICOS

Proposta que tramita na Assembleia aumenta remuneração do governador, que hoje recebe R\$ 10,5 mil. Ele passará a ganhar R\$ 37,5 mil em abril e R\$ 41,8 mil a partir de fevereiro de 2025

# Projeto que eleva salário de Zema divide opiniões na ALMG

ÍCOR PASSARINI

O Projeto de Lei 415/2023 que reajusta o salário do governador Romeu Zema (Novo), do vice, Mathheus Simões (Novo), dos secretários de Estado e dos adjuntos em 298% foi alvo de críticas e causou indignação entre os deputados de oposição na Assembleia. Aliados do governador, no entanto, rebateram os ataques dizendo que os reajustes são necessários para o funcionamento da máquina. Pela proposta, apresentada à Assembleia a pedido do próprio Zema, os vencimentos do governador de Minas, hoje fixados em R\$ 10.500, passarão a R\$ 37.589,96 em abril e a R\$ 39.717,69 no dia 1º de fevereiro de 2024 e a R\$ 41.845 em 2025.

A deputada Leninha (PT), vice-presidente da Assembleia, foi uma das mais enfáticas ao criticar o projeto de reajuste: "É muita incoerência um governador que não cansa de dizer que Minas Gerais não tem condições financeiras para pagar o piso da educação, os reajustes dos servidores da saúde e da segurança quer que a Assembleia aprove um absurdo desses. Nós do bloco de oposição votaremos não e vamos dialogar com os outros deputados, inclusive os da base governista, pela rejeição do projeto", afirmou.

Vice-líder do bloco de oposição, a deputada Lohanna França (PT) disse que entende que o salário do governador precisa sofrer um reajuste, porque "esse é o valor pago a prefeitos das menores cidades de Minas", mas que considera imoral propor um aumento enquanto Zema diz que o estado está falido. Temos um déficit de mais de R\$ 140 bilhões. Ele próprio está fazendo propaganda do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que vai impedir aumento nos salários dos servidores, avanços no plano de carreira, concursos públicos e investimentos em serviços do estado. Então, o estado tem dificuldade para atender os servidores, mas não para atender o governador?"

De acordo com o governo mineiro, a proposta visa a uma recomposição das perdas decorrentes da inflação acumulada, considerando-se o fato de que os valores atualmente pagos estão em vigor desde janeiro de 2007. Para o líder do governo na Assembleia, Gustavo Valadares (PMN), o projeto de lei é essencial para que o estado continue no caminho do desenvolvimento: "A estrutura do governo precisa continuar atraindo os quadros técnicos mais qualificados do país, que possam trazer experiência e competência à atual gestão. Hoje, contudo, são mais de 15 anos de congelamento dos salários de secretários estaduais,

Para Zema, o reajuste é necessário para atrair e manter os mais competentes nos quadros técnicos após 15 anos de congelamento de salários



JAIR ARRABAL/MEDIA PRESS

“Então, o estado tem dificuldade para atender os servidores, mas não para atender o governador?”

■ Lohanna França (PT), vice-líder do bloco de oposição

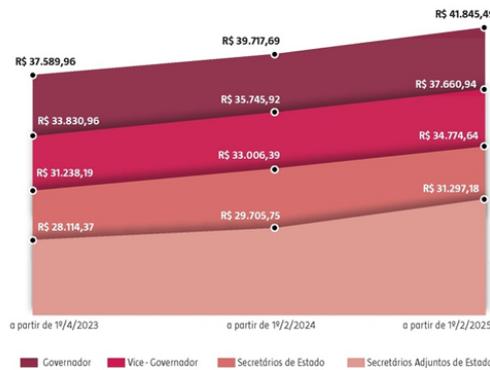
“Endossamos esse projeto para a correção desse problema (salários defasados) e assim o estado continuar avançando”

■ Gustavo Valadares (PMN), líder do governo na Assembleia

AUMENTO DE SALÁRIOS

O que diz o projeto de lei na ALMG

OS SUBSÍDIOS MENSAIS SÃO FIXADOS NOS SEGUINTE VALORES:



**GRATIFICAÇÃO NATALINA**  
Calculado proporcionalmente ao período de exercício do respectivo cargo no ano

**JUSTIFICATIVA**  
A proposta visa a uma recomposição das perdas decorrentes da inflação acumulada no período, considerando-se o fato de que os valores atualmente pagos estão em vigor desde janeiro de 2007. Para tanto, foram utilizados como referência os subsídios estabelecidos para o desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, no caso do Governador, e aqueles fixados para o deputado estadual, no caso dos Secretários de Estado. Para definir os subsídios do Vice-Governador e do Secretário Adjunto de Estado, foi utilizado o percentual de 90% dos valores previstos, respectivamente, para o Governador e para o Secretário de Estado

que dedicam todo seu tempo aos mineiros e com Minas Gerais. Desta forma, endossamos esse projeto de lei para a correção desse problema e, assim, o estado continuar avançando com uma gestão responsável e eficiente", afirmou.

O projeto vai ser apreciado pelas comissões de Constituição e

Justiça e Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia. Na sequência, caso não passe por outros grupos, o PL segue para ser apreciado em plenário pelos demais deputados estaduais.

**REDES** Se na Assembleia a proposta de reajuste causou polêmica, nas redes sociais entre os pro-

fessores, ele também foi alvo de muitas críticas ao longo de todo o dia. Uma leitora lembrou que, em abril de 2022, Zema recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar a recomposição salarial de 14% dos servidores da segurança pública e saúde, e 35,24% da educação. "Para o professor não pode e recorre ao STF, para você

SALÁRIOS DOS GOVERNADORES

Confira quanto ganham por mês os chefes dos executivos estaduais

AC	Gladson Cameli (PP)	R\$ 35.882,22
AL	Paulo Dantas (MDB)	R\$ 27.758,42
AP	Clécio (Solidariedade)	R\$ 33.000
AM	Wilson Lima (União Brasil)	R\$ 34.070,00
BA	Jerônimo (PT)	R\$ 34.500
CE	Elmano de Freitas (PT)	R\$ 19.498,66
DF	Ibaneis Rocha (MDB)	R\$ 24.089,55
ES	Renato Casagrande (PSB)	R\$ 29.496,99
GO	Ronaldinho Caiado (União Brasil)	R\$ 27.597,83
MA	Carlos Brandão (PSB)	R\$ 24.041,40
MT	Mauro Mendes (União Brasil)	R\$ 29.499,90
MS	Eduardo Riedel (PSDB)	R\$ 35.462,27
MG	Romeu Zema (Novo)	R\$ 10,5 mil
PA	Helder Barbalho (MDB)	R\$ 35.363,55
PB	João Azevêdo (PSB)	R\$ 31.173,06
PR	Carlos Massa Ratinho Junior (PSD)	R\$ 33.763
PE	Raquel Iyra (PSDB)	R\$ 22 mil*
PI	Rafael Fonteles (PT)	R\$ 30.269,99
RJ	Cláudio Castro (PL)	R\$ 35.400
RN	Fátima Bezerra (PT)	R\$ 21.914,76
RS	Eduardo Leite (PSDB)	R\$ 35.462,22
RO	Coronel Marcos Rocha (União Brasil)	R\$ 35.462
RR	Antonio Denarium (Progressistas)	R\$ 34.299
SC	Jorginho Mello (PL)	R\$ 25.322,25
SP	Tarcísio (Republicanos)	R\$ 34.572,89
SE	Fábio (PSD)	R\$ 39.293,32
TO	Wanderlei Barbosa (Republicanos)	R\$ 24.117

\* Opta por receber como procuradora do estado R\$ 42.145,88

Reajuste de 16,9% em dez/2022

Se aprovada, sobre para R\$ 37.589,96

Reajustado em nov/2022

Reajuste de 62% em dez/2022

Reajuste de 32% em dez/2022

Reajuste de 68,8% em dez/2022

Reajuste de 50% em nov/2022

pode? Me poupe!", disse. Outra leitora ironizou o governador, falando que ele precisa ir com "calma" nesse projeto. "Vai com calma, Zeminhal! 300%? O dos professores vai aumentar 300% também ou eles só vão ficar com aumento de migualha?", indagou.

Para o Sindicato único dos trabalhadores em educação de

Minas Gerais (Sind-UTE), a proposta deixa explícitas as contradições do governo estadual. "É uma liquidação total o que está acontecendo em Minas Gerais, um desmonte completo da educação com direito. Uma grande vergonha", expressou a coordenadora-geral do sindicato, Denise Romano.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3